

36 anos do ECA e a pergunta que ele nos faz todos os dias



» REJANE SUXBERGER
Juíza titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal e coordenadora da Infância e da Juventude do TJDF

No próximo dia 13 de julho, segunda-feira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 36 anos. É uma idade curiosa para uma lei: já adulta, madura, mas ainda jovem o bastante para lembrar de onde veio. E de onde ela veio diz muito sobre quem nós éramos e sobre quem escolhemos ser.

Antes de 1990, o Brasil não tinha uma lei para todas as crianças. Tinha uma lei para os “menores”. A palavra, que ainda hoje escapa em conversas e manchetes, não era inocente: designava apenas a criança pobre, abandonada, aquela que incomodava. A criança de família estruturada era simplesmente criança; a outra era “menor”, um problema a ser recolhido, internado, corrigido. Um juiz decidia sozinho o destino dessas vidas, quase sempre com a mesma resposta: afastá-las do convívio de todos nós. A pobreza, sozinha, bastava para separar uma mãe de um filho.

O Estatuto virou essa página. Inspirado pela Constituição de 1988, que mandou colocar a infância em primeiro lugar, com “absoluta prioridade”, diz

o texto, o ECA fez algo simples e revolucionário: reconheceu que toda criança e todo adolescente, sem exceção, são sujeitos de direitos. Não objeto da caridade alheia, não problema de polícia, mas pessoa em desenvolvimento, que precisa de proteção justamente porque ainda está se formando. A pobreza deixou de ser motivo para tirar uma criança de sua família. O adolescente que comete um ato infracional passou a ter direito a defesa e a uma resposta que busca educar, não apenas punir. E a palavra “menor” saiu da lei porque a linguagem também educa ou fere.

Vivo essa história de perto. Na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, cada processo é menos um número e mais uma biografia em aberto. Costumo dizer que nenhuma lei se cumpre sozinha. O ECA nos deu o mapa, mas o caminho é percorrido todos os dias, em cada escola que acolhe, em cada conselho tutelar que escuta, em cada família que se dispõe a abrigar temporariamente uma criança afastada dos pais, em cada audiência em que uma história de abandono pode ganhar outro final. É um trabalho silencioso, feito de gente: professores, conselheiros, técnicos, promotores, defensores, juízes e, sobretudo, vizinhos e cidadãos que não desviam o olhar.

Nesses 36 anos, o Estatuto também aprendeu a crescer. Ganhou reforços para garantir que criança viva em família, e não em instituição; para proteger os primeiros anos de vida, quando tudo se decide; para ouvir com cuidado a criança vítima de violência, sem fazê-la reviver o trauma

a cada depoimento; para enfrentar a violência dentro de casa, onde ela mais se esconde. E, no ano passado, deu um passo para dentro do nosso tempo: o chamado ECA Digital estendeu a proteção ao ambiente virtual, reconhecendo que hoje a infância também acontece nas telas, e que ali também há riscos, exploração e abandono.

Talvez, a reflexão mais honesta que essa data nos pede seja esta: o que ainda insiste em não mudar? Quando uma criança dorme na rua, quando um adolescente negro é tratado como suspeito antes de ser tratado como filho, quando uma vaga em creche depende de sorte, quando alguém ainda diz “menor” com desprezo, é sinal de que a doutrina antiga sobrevive em nós, mesmo revogada no papel. Alei mudou em 1990; o olhar, esse ainda estamos mudando.

Celebrar os 36 anos do ECA, portanto, não é olhar para trás com orgulho, embora haja motivos, pois o Brasil se tornou referência mundial em legislação de proteção à infância. É renovar um compromisso que a Constituição entregou a todos nós, sem exceção: família, sociedade e Estado. Prioridade absoluta não é frase de efeito; é critério de decisão. Significa que, na fila do orçamento, da vaga, do atendimento e do nosso próprio tempo, a criança vem primeiro.

Uma sociedade se revela pelo lugar que dá aos seus filhos, a todos eles, não apenas aos nossos. Há 36 anos o Estatuto nos pergunta, em silêncio, que lugar é esse. A resposta não está na lei. Está em cada um de nós.



Biorrefinaria — a indústria que pode moldar o século 21



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Todos sabemos, mesmo que de forma intuitiva, o que é uma refinaria. Há mais de um século, esse tipo de instalação transforma petróleo bruto em combustíveis, plásticos, lubrificantes, solventes, fibras, resinas, fertilizantes e muitos outros produtos da vida moderna. Boa parte da indústria do século 20 foi construída em torno dessa lógica: extrair uma matéria-prima fóssil, separar suas frações e abastecer diferentes cadeias produtivas.

O problema é que esse modelo, embora eficiente para gerar riqueza, infraestrutura e conforto, passou a ser cada vez mais questionado. Ele depende de carbono fóssil, acumulado na natureza ao longo de milhões de anos, e está associado a emissões de gases de efeito estufa, poluição, resíduos difíceis de manejar e disputas geopolíticas. A refinaria de petróleo, antes símbolo de progresso, tornou-se também símbolo de um modelo que precisa ser revisto.

Mas o mundo continuará precisando de energia, combustíveis, materiais, fertilizantes, embalagens, fibras, químicos e outros insumos industriais. Em uma economia que precisa emitir menos carbono, desperdiçar menos recursos e cuidar melhor do ambiente, esses produtos terão que vir de novas bases produtivas. É nesse contexto que a biorrefinaria ganha importância.

A lógica é parecida com a de uma refinaria tradicional. A diferença é que, em vez de petróleo, a

biorrefinaria utiliza biomassa, isto é, matéria orgânica renovável de origem vegetal, animal ou de resíduos, como cana, milho, soja, madeira, restos agrícolas, dejetos animais e até resíduos urbanos orgânicos. A partir dessa base renovável, é possível produzir energia, biocombustíveis, bioinsumos, químicos, biomateriais, fertilizantes e outros produtos.

Enquanto o petróleo é fóssil, concentrado e finito, a biomassa é renovável, diversa e distribuída pelo território. Está ligada à agricultura, às florestas, à agroindústria e aos ciclos da natureza. Por isso, a biorrefinaria não é apenas uma fábrica diferente. Ela representa uma nova forma de pensar a indústria: produzir mais valor, usando melhor cada parte da matéria-prima e transformando resíduos em novos insumos.

O mundo precisa dessa mudança com urgência. Mesmo com o avanço das energias renováveis, dos veículos elétricos e de outras tecnologias limpas, as emissões globais seguem muito elevadas. Isso mostra que a transição energética é indispensável, mas não basta. Será preciso também mudar a base material da economia, substituindo, sempre que possível, carbono fóssil por carbono renovável, reciclado ou capturado.

As biorrefinarias entram exatamente nesse espaço. Elas podem ajudar a descarbonizar a economia sem paralisar a produção. O objetivo não é simplesmente trocar um combustível por outro, mas redesenhar cadeias produtivas inteiras. Uma usina de cana, por exemplo, pode deixar de ser vista só como produtora de açúcar, etanol e eletricidade. Ela pode se tornar plataforma de etanol de segunda geração, biogás, biometano, combustível sustentável de aviação, biofertilizantes e químicos renováveis.

O mesmo raciocínio vale para plantas de etanol de milho, indústrias de celulose, frigoríficos,

cooperativas, cadeias florestais e polos de resíduos urbanos e agroindustriais. O salto está em integrá-los, diversificar seus produtos e conectá-los a mercados mais sofisticados. Em vez de jogar fora o presente para construir o futuro, as biorrefinarias permitem transformar estruturas existentes em pontes para uma nova economia industrial.

Essa é uma oportunidade muito relevante para o Brasil. Temos uma das matrizes elétricas mais renováveis do mundo, agricultura tropical de alta produtividade, diversidade de biomassas, experiência em biocombustíveis, indústria florestal competitiva e resíduos ainda pouco aproveitados. Poucos países combinam, ao mesmo tempo, base biológica pujante, escala produtiva, energia limpa e capacidade científica como o Brasil.

Mas nada disso acontecerá automaticamente. Biorrefinarias exigem ciência avançada, engenharia, logística, financiamento, regulação, certificação e mercado. Exigem também coordenação entre políticas de agricultura, indústria, energia, ciência e tecnologia, meio ambiente e comércio exterior. Não é uma agenda simples ou setorial. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento, que precisa integrar campo, indústria, ciência, energia e mercado.

O risco é tratarmos a bioeconomia apenas como uma expressão simpática, sem perceber sua verdadeira dimensão industrial. Em um século marcado pela urgência climática, pela busca de segurança econômica e pela necessidade de produzir mais com menos desperdício, as biorrefinarias oferecem ao Brasil um caminho concreto para transformar vantagem natural em liderança industrial. O século 20 foi moldado pelo refino do petróleo. O século 21 poderá ser moldado pelo refino da biomassa — e o Brasil tem tudo para ocupar posição de destaque nessa nova fronteira.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

[Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

A pátria sem chuteiras

Depois do apito final do jogo entre Brasil e Noruega, comentaristas de todas as áreas, não somente do futebol, correram para apresentar explicações e visões sobre a derrota ao grande público. O que sabemos, desde há muito, é que a Seleção, como o nome indica, é, antes de tudo, a “pátria de chuteiras”. Somos nós mesmos em campo, com toda a nossa bagagem cultural e nossas idiossincrasias e com todos os nossos complexos.

Apesar das mazelas que o país parece experimentar desde 1500, quando o assunto é futebol, sempre acreditamos ser uma potência de primeiro mundo. Perdendo essa que seria a nossa única qualidade perante o mundo, o que nos resta? Nesse caso, antes mesmo de reformular o modelo e a arquitetura de nosso futebol profissional, sufocado pelos descaminhos da cartolagem e das contas mal explicadas de cada federação e mesmo da CBF, envolta agora em escândalos de toda a ordem, é preciso ir mais a fundo e analisar essa derrota como um todo.

Nunca as expressões definiram tão bem o Brasil quanto a célebre imagem criada por Nelson Rodrigues da “pátria de chuteiras”. O futebol nunca foi apenas um esporte entre nós. Foi uma forma de identidade nacional, uma linguagem comum entre ricos e pobres, uma rara ocasião em que o país parecia esquecer suas diferenças para reconhecer-se como nação. Durante décadas, a Seleção Brasileira representou algo muito maior do que 11 jogadores em campo. Ela simbolizava a ideia de que, apesar de todas as dificuldades econômicas, políticas e sociais, havia pelo menos um território em que o Brasil permanecia soberano. Hoje, essa certeza já não existe.

A derrota para a Noruega, por si só, não representa uma tragédia esportiva. No futebol, perder faz parte do jogo. O que desperta inquietação é o contexto em que ela ocorre. A Seleção parece ter perdido aquilo que, durante décadas, foi sua maior virtude: personalidade. Não faltam atletas talentosos. O Brasil continua exportando jogadores para os principais campeonatos do mundo. Os clubes europeus seguem disputando nossos jovens talentos antes mesmo que completem uma temporada no futebol profissional. O problema, portanto, não parece residir na matéria-prima.

Talvez, esteja naquilo que acontece antes que esses jogadores entrem em campo. O futebol brasileiro passou a refletir, de maneira quase perfeita, as virtudes e os defeitos da própria sociedade. A desorganização administrativa, a instabilidade institucional, a falta de planejamento de longo prazo, o excesso de personalismo, a dificuldade de prestar contas e a permanente sucessão de disputas pelo poder também encontraram espaço dentro das estruturas esportivas.

A CBF tornou-se, nos últimos anos, protagonista de sucessivas crises administrativas, disputas judiciais, mudanças de comando e questionamentos sobre sua governança. Em diversas federações estaduais, dirigentes permanecem décadas no poder, frequentemente protegidos por estruturas pouco transparentes e sistemas eleitorais que dificultam a renovação. O torcedor acompanha resultados dentro de campo, mas raramente conhece o funcionamento das instituições responsáveis por administrar o esporte mais popular do país. Nenhuma organização produz excelência esportiva quando sua administração convive permanentemente com incertezas.

Quando a criatividade florescia na economia, na cultura e na vida pública, ela também aparecia nos gramados. Quando predominavam organização, disciplina e objetivos claros, essas qualidades igualmente se refletiam na camisa amarela. Hoje, o espelho parece devolver outra imagem. Vivemos um período marcado por intensa polarização política, crescente desconfiança nas instituições, dificuldades econômicas persistentes, baixo crescimento da produtividade, deficiências educacionais, violência urbana e sucessivos escândalos envolvendo diferentes setores da vida pública. Independentemente das interpretações políticas que cada cidadão faça desse cenário, há um dado difícil de contestar: a confiança coletiva encontra-se profundamente abalada.

Durante décadas, o sucesso da Seleção serviu, em alguma medida, como elemento de compensação simbólica. Em meio às crises nacionais, permanecia a convicção de que ainda éramos referência mundial em pelo menos uma atividade. O futebol funcionava como uma espécie de patrimônio emocional da República. Essa função parece estar desaparecendo. A camisa amarela já não desperta unanimidade. A Seleção já não intimida adversários. O chamado “futebol arte”, que encantou o mundo, tornou-se uma lembrança histórica mais do que realidade contemporânea.

O futebol tornou-se uma atividade altamente profissionalizada, baseada em ciência esportiva, planejamento estratégico, análise de desempenho, gestão financeira e formação continuada. A improvisação perdeu espaço. Outros países aprenderam. A derrota diante da Noruega, portanto, talvez não seja apenas um resultado esportivo. Ela funciona como metáfora de um país que parece ter perdido parte de sua capacidade de transformar talento em excelência, potencial em realização e tradição em liderança.

A Seleção permanece sendo a pátria de chuteiras. Se ela, hoje, parece jogar abaixo de sua história, talvez seja porque reflete, com fidelidade desconfortável, as dificuldades, as incertezas e as contradições de um Brasil que ainda procura reencontrar seu próprio rumo em pleno século 21.

A frase que foi pronunciada:

“No futebol, a pior cegueira é só enxergar a bola.”

Nelson Falcão Rodrigues

História de Brasília

As crianças no Hospital de Sobradinho viveram momentos horríveis nestas noites de frio. Dormiam em caixotes de madeira com serragem, por falta de cobertores.
(Publicada em 24/5/1962)